



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Estrada Rodrigues, Henrique; Nicolazzi, Fernando
Entrevista com François Hartog: história, historiografia e tempo presente
História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 5, núm. 10, diciembre, 2012, pp. 351-371
Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769698025>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Entrevista com François Hartog: história, historiografia e tempo presente

Interview with François Hartog: history, historiography and present time

Henrique Estrada Rodrigues

henriqueestrada@hotmail.com

Professor adjunto

Rua Julio de Castilhos, 35/509

22081-025 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Fernando Nicolazzi

f.nicolazzi@hotmail.com

Professor adjunto

Avenida Bento Gonçalves, 9500 - IFCH/DEHIS

91501-970 - Porto Alegre - RS

Brasil

Palavras-chave

François Hartog; Historiadores; Historiografia.

Keywords

François Hartog; Historians; Historiography.

351

Enviado em: 10/7/2012

Aprovado em: 13/9/2012

Professor na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris, onde, desde meados dos anos 1980, ministra o seminário de historiografia antiga e moderna, François Hartog vem há algum tempo se dedicando a pensar as variadas formas de prática historiográfica no Ocidente, bem como as diferentes modalidades de experiência de tempo que definem a cultura ocidental. Transitando sempre na fronteira de práticas historiográficas variadas, entre antigos e modernos, mas também nos limites de temporalidades distintas, entre o “selvagem” e o “civilizado”, Hartog oferece aos historiadores contemporâneos uma reflexão original e erudita sobre os meandros do seu próprio ofício. Sua obra é composta por uma pluralidade de escritos, variando desde o importante estudo sobre os modos de representação da alteridade nas *Histórias de Heródoto*, resultado da sua tese de doutorado publicada com o título *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*, até artigos, prefácios, entrevistas disponibilizadas em periódicos internacionais e em coletâneas como, por exemplo, *Evidência da história. O que os historiadores veem*. Sua atuação entre historiadores brasileiros também é relevante de se mencionar, seja pelas constantes viagens que realiza ao Brasil, seja pelo trabalho de orientação de historiadores que realizam ou realizaram parte de sua formação na França, como é o caso, entre outros, de Temístocles Cezar, que defendeu em 2002 a tese *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur une rhétorique de la nationalité, le cas Varnhagen* e José Otávio Guimarães, com a tese *Jean-Pierre Vernant "Polumetis": essais historiographiques sur une anthropologie historique de la Grèce antique*, defendida em 2009.

352

Foi em uma de suas passagens pelo Brasil que François Hartog concedeu a entrevista que ora segue publicada. Contando com a participação de Eliana de Freitas Dutra/UFMG, José Antônio Dabdab Trabulsi/UFMG, Flávia Lemos Mota de Azevedo/UNB-FUNEDI, Mariana de Moraes Silveira/UFMG, Mateus Henrique de Faria Pereira/UFOP-NEHM, Henrique Estrada Rodrigues/PUC-RJ, Fernando Nicolazzi/UFRGS-NEHM, a conversa foi realizada nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais, na manhã do dia 11 de outubro de 2011.¹

Um historiador à sua maneira

1. De Heródoto a Pierre Vidal-Naquet, passando por Fustel de Coulanges, o senhor faz da sua interrogação sobre a história também uma interrogação sobre historiadores e suas maneiras de trabalhar. Poderia começar nos falando sobre sua formação “enquanto historiador”, do lugar da viagem e da literatura em seus trabalhos?

François Hartog: Sim, “enquanto historiador”, expressão que, como vocês sabem, utilizei para refletir sobre o trabalho de Pierre Vidal-Naquet (1930-2006).²

¹ Agradecemos ao Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares – IEAT/UFMG e ao projeto *Coleção Brasileira: escritos e leituras da nação*, por terem possibilitado a vinda do professor François Hartog ao Brasil, não apenas disponibilizando tempo dentro da intensa programação elaborada, mas também um lugar agradável e propício à realização da entrevista.

² “*En tant qu'historien*” é uma referência à maneira pela qual François Hartog escreveu, mais recentemente, sobre Pierre Vidal-Naquet que foi para ele, nas suas próprias palavras, “o primeiro rosto de historiador” (*le premier visage de l'historien*). Ver HARTOG 2007.

Eis a questão que me coloquei escrevendo este livro após seu falecimento: eis um homem que fez coisas bastante diferentes, que tinha um modo de intervenção bastante diferente, muito mais amplo que o comum dos historiadores; ele é precisamente aquele que não ficou em seu gabinete de trabalho, ou no arquivo, ou em um sítio arqueológico. Não obstante, ele sempre disse que aquilo que fazia, o fazia enquanto historiador. É este “enquanto historiador” que eu tentei melhor apreender e melhor compreender. Eu deixo por ora Vidal-Naquet, mesmo se aqui, bem entendido, esta maneira de fazer a história me apresentou à história. Foi no fundo por sua intermediação que eu me tornei pouco a pouco historiador. Ou historiador à minha maneira.

O outro personagem, o outro erudito (*savant*) que também desempenhou um papel muito próximo, foi [Jean-Pierre] Vernant (1914-2007).³ Mas Vernant é também alguém que jamais se apresentou e jamais pretendeu ser historiador, e que tinha um modo de trabalho diferente do de Vidal-Naquet. Vernant foi durante um tempo, mais do que muitos, um homem de ação, no momento do seu engajamento ativo na Resistência, até a clandestinidade.⁴ E quando ele veio à Grécia, consagrou-se ao terreno grego. Não esqueceu nem renegou, evidentemente, nada do que havia feito. Mas, no fundo, seu engajamento sobre o terreno grego parecia mais inscrito nas coordenadas do mundo grego que aquele de Vidal-Naquet. Houve outras pessoas que tiveram um papel importante, Michel de Certeau (1925-1986), notadamente, que possuía uma maneira diferente de encarar o que significava este “enquanto historiador”.⁵

Assim, no que me concerne, meu primeiro engajamento com a história e com um historiador, foi Heródoto.⁶ Ele se impôs a mim. Eu não pretendi, desde o início, fazer uma tese – uma *thèse d'État*, como se chamava à época – sobre Heródoto. Mas tal engajamento, então, tornou-se um trabalho sobre Heródoto. Creio que o ponto de partida, se posso chamar assim, foi resultado de uma discussão com Moses Finley (1912-1986), que eu conheci em Cambridge. Eu fui para lá para encontrá-lo, pois havia acabado de traduzir seu livro sobre a Grécia arcaica para a coleção da Maspero, dirigida, naquele momento, por Vidal-Naquet.⁷ Ele me recebeu de maneira bastante gentil e com muita disponibilidade; era alguém muito caloroso, acolhedor e atento. Um pouco como Vernant, mas com percurso completamente distinto, além da sua obrigação de ter que deixar os Estados Unidos por conta do macartismo. Eu me interessava, então, pela Grécia, pelo que significava ser grego, embora certamente a problemática da identidade não estivesse ainda no primeiro plano, mas sim, talvez, esta espécie de rede de pertencimento (*réseau d'appartenance*). Então, me voltei evidentemente a Heródoto para refletir sobre isso. E depois havia também esta velha questão, da qual se ocupou bastante a historiografia alemã para dizer

353

³ Hartog dedicou seu livro *Régimes d'historicité* a Vernant (Jipé).

⁴ Trata-se do movimento de resistência francesa à ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial, na qual Vernant participou ativamente. Ver VERNANT 1996.

⁵ Ver HARTOG 2005. Ali, Hartog confessa que foi com o contato de Certeau que começou “a compreender que a história tornar-se-ia a questão de uma vida”.

⁶ *Le miroir d'Hérodote: essai sur la représentation de l'autre*, foi a tese de Hartog, defendida em 1979 e publicada em 1980 com segunda edição em 1991.

⁷ Ver FINLEY 1973 (título original: *Early Greece: the Bronze and Archaic ages*, 1970).

que os alemães foram bem sucedidos naquilo que os gregos jamais alcançaram fazer, quer dizer, constituir-se enquanto uma unidade nacional. Assim, foram coisas relativas a este tipo de questões que me fizeram retornar a Heródoto. Em seguida, li, notadamente, o artigo de Michel de Certeau sobre Jean de Léry e sua viagem ao Brasil.⁸ E esta reflexão – isto foi antes de 1975 – me deu ideias sobre as maneiras pelas quais se poderia interrogar um texto como o de Heródoto, sobre esta construção e tratamento da alteridade.

E um último elemento que desempenhou um papel importante: no momento em que deixei a École Normale,⁹ eu pude obter uma bolsa de viagem ao exterior e viajei durante um ano atravessando o mundo e passando um bom tempo na Indonésia. Eis a temática da viagem e da navegação, que para mim tem um significado importante. Era preciso dar um objeto oficial à viagem, então decidi pela navegação tradicional no Oceano Índico. Eu havia decidido fazer esta viagem a maior parte de tempo possível em um barco. Eu parti de Marselha em um cargueiro. Bem, este é o lado mais literário das coisas, o que inclui também a leitura de Joseph Conrad (1857-1924).

Mas esta viagem teve como efeito despertar em mim a questão de por que não me tornar um etnólogo? Afinal de contas, justamente na Indonésia se passaram histórias muito interessantes, talvez mais que estar nesta via um tanto já traçada que era a *École Normale*, a *agrégation*,¹⁰ o mundo clássico, a Grécia... Finalmente, eu não o fiz. Não sei se há uma explicação para isso, falta de audácia, talvez. De todo modo, isto me fez perceber, no fundo, minha relação com a Grécia de forma diferente. Eu já havia lido, evidentemente, [Claude] Lévi-Strauss (1908-2009), então eu já assumia este aspecto e esta abertura antropológica já estava presente, obviamente. Era o momento dos anos da chamada antropologia histórica. Ou seja, não foi uma descoberta aleatória.

Assim, a conjunção de tudo isso, fez com que, pouco a pouco, este tema de tese se tornasse esta reflexão sobre os gregos e os outros através dos citas¹¹ e uma reflexão sobre antropologia e história, mas também, e este é o âmago da dimensão historiográfica, Heródoto como, ao mesmo tempo, este pai da história ocidental e esta figura do mentiroso, de alguém que não cessa de contar *fabulae*. Então, qual é o estatuto deste discurso histórico? Estávamos também nesses anos, no meio e no final da década de 1970, nos interrogando sobre a história, a narrativa, o real e a ficção etc. Com isso, Heródoto reuniu ou, em todo caso, introduziu todos estes diferentes fios. Não se pode dizer que ele tratou de todos estes temas ou que ele tratou de tudo igualmente, mas foi preciso tudo isso para que surgisse *O espelho de Heródoto*.

2. *Aqueles também foram os anos da publicação de Civilização material e capitalismo,¹² no qual a Indonésia e a navegação por aquela região*

⁸ Ver CERTEAU 1975.

⁹ *École Normale Supérieure*, prestigiosa instituição de ensino superior situada na *rue d'Ulm*, em Paris.

¹⁰ Concurso nacional para recrutamento de professores na França.

¹¹ Hartog dedica a primeira parte de *O espelho de Heródoto* ao estudo do *logos* cita na obra do historiador grego, considerando um momento fundamental no processo que este realiza de representação da alteridade.

¹² Ver BRAUDEL 1979.

ocupam um espaço muito importante. Naquele momento você levou isto em consideração? Além disso, parece que Fernand Braudel (1902-1985) é, cada vez mais, uma referência para sua reflexão. Poderia, então, comentar um pouco sobre a importância de Braudel em sua formação?

FH: Quando da viagem pela Indonésia, eu não pensava ainda em Fernand Braudel (1902-1985). Mas ele foi, inevitavelmente, alguém que existia para mim, mas, no fundo, sem ainda uma grande importância. Pois eu tive esta formação voltada, no início, para a antiguidade, em seguida fiz estudos de história no âmbito da *agrégation* em história e Braudel estava ali. Mas eu nunca segui o seminário de Braudel e nunca, naquela época, trabalhei com o que se chama “história moderna”. Braudel foi uma referência: havia o *La Méditerranée*,¹³ e havia também o que eu começara a ler com mais atenção, os *Escritos sobre a história*,¹⁴ quando eu tentei, no momento em que comecei a ensinar na Universidade de Strasbourg, em 1975, a introduzir a historiografia. Ela não existia, com isso eu me dei a possibilidade de fazer um pouco de historiografia e os *Escritos sobre a história* faziam parte dos textos que passava aos estudantes e, com isso, eu me forcei a lê-los também. Então, ali há uma relação mais direta com Braudel, em todo caso mais próxima, mas Braudel não refletia da mesma maneira sobre a história.

Braudel continuou a estar presente, mas sob um modo diferente, pois eu pude perceber que esta “longa duração” braudeliana, tinha alguma relação com o que se passou entre a Guerra de 1914 e a Segunda Guerra Mundial. Não se trata de fazer aqui um elo imediato, dizendo “a longa duração é para recusar o que se passou” – isso seria muito redutor. Mas isso não impede que Braudel dê melhor ele mesmo alguns elementos. *La Méditerranée*, este livro que praticamente foi concluído antes da guerra, ele o refez enquanto prisioneiro em um campo de oficiais. Esta atitude que consiste em se desviar do evento ou de dizer que o evento é apenas a superficialidade, uma agitação de superfície, as ondas que as marés elevam, não foi totalmente separado da situação em que ele se encontrava, da situação em que se encontrava a França vencida e da situação também em que se encontrava a França após a guerra. Assim, se eu posso ter um olhar diferente sobre Braudel hoje, não o tenho para dizer, de modo algum, que ele não se implicava no que se passou – não se trata de denunciar Braudel –, mas para dizer, para colocar em perspectiva, o que nos anos 1960 se colocou como uma evidência. Esta história da longa duração, estas disposições em camadas das temporalidades, a recusa do evento, tudo isso foi tirado dali.

De todo modo, era inegável que toda esta construção histórica e historiadora trouxe elementos, maneiras de trabalhar e questões que não eram colocadas até este momento. Que o questionário do historiador se encontrou deslocado, transformado, renovado, alargado e tudo isso foi excelente. Mas se pode também perceber isto em uma perspectiva historiográfica e historicizar estas proposições braudelianas dos anos 1950 e 1960.

355

¹³ Ver BRAUDEL 1949. Trata-se da tese defendida por Braudel em 1947, escrita no momento de sua experiência no cativeiro alemão, entre 1940 e 1945.

¹⁴ Ver BRAUDEL 1969.

A história da historiografia em questão

3. Parece-nos que o ensino de história da historiografia na França é alguma coisa bastante recente. O senhor poderia falar um pouco sobre isso e sobre a forma com que este tipo de ensino contribuiu para sua formação, quer dizer, tornar-se professor de uma disciplina talvez nova na universidade e de que maneira isso tocou em suas preocupações? Além disso, como o senhor vê a história da historiografia? É parte da história intelectual, por exemplo, ou um campo autônomo dentro da disciplina? Como se pode pensar o lugar da historiografia em relação à história? Trata-se de uma vitória do relativismo diante dos deslocamentos da noção de verdade e de sentido da história?

FH: Eu acredito que houve um momento historiográfico. Na França não havia nenhum ensino de história da historiografia. Aquele que tentou defender a historiografia¹⁵ naquele momento é este historiador que talvez vocês conheçam, chamado Charles-Olivier Carbonell (1930-...), que, no fundo, fez a primeira tese sobre historiografia.¹⁶ Este homem tentou criar um ramo de historiografia em congressos, em associações internacionais de história etc. Enfim, este é o lado institucionalizado da questão. Mas, se isto foi um sucesso ou algo assim, pessoalmente penso que não. Em todos estes elementos institucionais, eu jamais participei, mesmo considerando que isto pode ter certa importância. Todavia, não aprecio muito o gesto destas pessoas que se autoproclamam especialistas e que querem organizar um domínio sobre o qual vão poder reinar.

356

A historiografia estava presente na França, mas não ainda na forma de ensino. Houve, pois se desenvolveu nas universidades, isto que chamamos de metodologia, cursos de metodologia, e creio que eles ainda existem. Porém, o que se coloca dentro disso? E a quem se endereçam estes cursos de metodologia? E me parece, sem conhecer mais a situação das universidades, uma vez que não mais atuo nelas há um bom tempo, que para este curso de metodologia há tendência de colocá-lo no primeiro ano curricular. Quer dizer em um momento em que os alunos não têm ainda condições de saber do que se trata. E me parece ainda, quando se lhes levanta esta questão e se lhes mostra que há uma história da história, que os problemas são colocados em situações diferentes segundo o momento. Sim, mas para refletir sobre essas questões no sentido mais abrangente da escrita da história, penso que um exercício preferível é que eles tenham uma experiência um pouco mais afirmada do que seja o trabalho histórico. Eles passam do Liceu, onde lhes dizem que "o curso da história é 'assim e assado'", à Universidade, onde se diz "vocês sabem que a história não é tão simples assim": não estou certo que

¹⁵ Ao longo da entrevista, Hartog se vale do termo francês *historiographie* tanto para o sentido em que atualmente se confere, pelo menos no Brasil, aos estudos de história da historiografia quanto para os aspectos gráficos da história, isto é, sua escrita.

¹⁶ Tese defendida em 1972 e publicada em 1976 (CARBONELL 1976). Carbonell é autor ainda do manual clássico *L'historiographie* (1981). Foi o primeiro presidente (1980-1990) da Comissão sobre Historiografia, criada em 1980 no âmbito do 15º. Congresso Internacional de Ciências Históricas, além de um dos fundadores do periódico internacional *Storia della storiografia* e autor do texto manifesto publicado no seu primeiro número, "Pour une histoire de l'historiographie" (CARBONELL 1982).

isto tenha muitos efeitos positivos. Mas eu não tenho experiência direta que me permita falar com mais precisão.

Em seguida: no ensino de historiografia propriamente dito, não conheço muitos exemplos. Quer dizer, há o que François Dosse (1950-...) tem feito em seu grupo no Instituto para formar futuros professores,¹⁷ mas eu não sei qual a situação hoje, pois estes institutos de formação de mestres foram mais ou menos suprimidos então o que fazem e se continuam a fazer a mesma coisa eu não sei. Há também minha atuação na *École des Hautes Études* e a daquele que sucedeu a Carbonell em Toulouse, que se chama Christian Almavi (1954-...), mas que oficialmente deveria ensinar história contemporânea. Não sei bem como ele organiza sua prática docente, mas, como se vê, é muito pouca coisa.

Dito isso, houve alguma coisa como um momento historiográfico e podemos relacioná-lo justamente com o que venho de dizer, com o momento em que começamos a nos interrogar sobre as disciplinas, sobre os arquivos. Em poucas palavras, entramos em um momento reflexivo que podemos, em todo caso, relacionar com a mudança em nossa relação com o tempo. O momento historiográfico é também o tempo da parada (*temps d'arrêt*) onde tentamos dizer o que se passou, pelo que se passou. E depois, podemos fazer um uso puramente defensivo e conservador ou, pelo contrário, podemos fazer um uso muito mais crítico; as coisas não são dadas de antemão. Mas, penso que o interesse por uma reflexão historiográfica, para além de qualquer pessoa, se ele existiu, ele foi colocado em relação a este movimento mais geral. O fato de que algumas instituições comecem a se interessar por sua história, preocupam-se com seus arquivos, e, mais largamente, o avanço desta questão do patrimônio mostra isso.

Agora, sobre a relação da história com a historiografia, não sei muito bem como responder à questão. Penso que isto está ligado ao que se chama de *linguistic turn*. Sobre isso, é possível criar uma imagem um tanto quanto caricatural. Mas não creio que a historiografia desapareça com o giro linguístico, mesmo se a tensão da linguagem e as interrogações sobre ela se constitui como uma parte do que definiu a historiografia durante os últimos vinte ou trinta anos. Mas eu distinguiria ambos.

357

4. Podemos retornar ao tema colocado sobre François Dosse e pensar que o trabalho de Dosse, Patrick Garcia (1958-...), Christian Delacroix (1950-...) era uma tentativa de dominar um campo de estudos sobre historiografia na França.¹⁸ O senhor não acredita que isso seja verdadeiro?

FH: Sim, trata-se justamente da questão se a historiografia é uma disciplina ou não. Houve a tentativa de Carbonell como ponto de partida, que publicou outrora na pequena coleção "*Que sais je?*" da Imprensa Universitária da França (*Presses Universitaire de France*), *L'historiographie*. Era a maneira de dizer:

¹⁷ Hartog faz referência ao *Institut Universitaire de Formation des Maîtres* da Académie de Créteil, no qual atua François Dosse.

¹⁸ Os três são autores e organizadores, entre outras, das seguintes obras: DELACROIX; DOSSE; GARCIA; OFFENSTADT 2010, DELACROIX; DOSSE; GARCIA 1999, 2003, 2009.

"isto existe"! E sua vocação era de ser uma disciplina ou, ao menos, uma subdisciplina. Todavia, por diferentes razões Carbonell saiu de cena e, de todo modo, sua maneira de agir não era tão interessante assim. Depois veio François Dosse, Patrick Garcia e Christian Delacroix, este trio que, à sua maneira, há alguns anos tenta constituir alguma coisa como um campo de historiografia. Isso começou com a revista *Espaces temps*, continuando em suas práticas docentes, e enfim com a edição publicada pela Gallimard, em dois volumes *Historiographies: concepts et débats*. É uma obra coletiva, com a ideia de que há um domínio e do qual eles são os fiadores e organizadores. Domínio bastante amplo e internacionalizado, considerando seu sumário.

Pessoalmente, eu mantenho certa distância disso tudo. Eu não acredito que a historiografia seja uma subdisciplina. E talvez seja preciso distinguir entre uma posição, eu diria, intelectual e necessidades institucionais. Talvez seja necessário que haja pessoas que cuidem desta dimensão institucional, para permitir o exercício de uma atividade intelectual. E talvez eu seja excessivamente indiferente a isto. Então, eu compreendo que se tenha esta atitude, mas não é um papel que tenho interesse em assumir, não é um papel que me convém. Não aprecio as fronteiras, nem os limites, nem as "atribuições de residência", que seja na antiguidade ou na contemporaneidade, seja na literatura. Não concebo de outra maneira meu trabalho senão por este deslocamento. Não tenho, de forma alguma, a pretensão de dar isso como exemplo. Eu aceito mesmo que se possa estar em desacordo com isso. Acontece, finalmente, que sempre foi assim que trabalhei e que, dada a idade que tenho, é difícil que isso vá mudar.

358

As "fronteiras" da história

5. Isto toca em outra questão justamente sobre a fronteira. Suas considerações sobre a epistemologia da história levam em consideração os desafios colocados por aqueles que você já denominou como outsiders, isto é, os não historiadores: Aristóteles, Claude Lévi-Strauss, Paul Ricoeur, Primo Levi, mas também autores da literatura: Don Delillo, Georges Perec, Charles Péguy. O senhor acredita que a reflexão epistemológica sobre a história e a história da historiografia são os lugares do desafio para os historiadores, quer dizer, lugares de fronteira enquanto lugares de passagem e de deslocamento, lugar de encontro intelectual ou, tomando o vocabulário de Michel de Certeau, uma "heterologia"? E ainda, em um regime de historicidade presentista, o desafio vem de onde? Da literatura, das ciências sociais, talvez do jornalismo?

FH: Eu normalmente digo, quando a ocasião se apresenta, que eu não sou um teórico ou um filósofo da história. A teoria e a filosofia da história me interessam, mas o que tento fazer é refletir sobre a história praticando a história. Um certo tipo de história, sim, história intelectual. Leio história social e história econômica, mesmo se minha abordagem não se manifesta dessa maneira. No fundo, e é a mesma resposta dada anteriormente, eu não creio em uma epistemologia da história que "toma" a história, como se houvesse de um lado a história e de

outro sua epistemologia. Não creio que as coisas se passam desse jeito. Pode-se fazer a epistemologia da física, da química ou da matemática, pois há, ali, um *corpus* bem constituído e é possível se mover dentro deste *corpus*.

Para a história, porém, eu não acredito nisso, porque o ensino da história não é alguma coisa que seja constituída de maneira estável desde a noite dos tempos. É alguma coisa que não cessou de variar, como não se parou de dizer que isto é história e aquilo não. Porém, não há um *corpus* de doutrinas constituído. E, conseqüentemente, ocorre que a epistemologia da história corre o risco de se tornar rapidamente vazia. Como uma grande ou pequena máquina que abarca [*brasse*] elementos cuja capacidade heurística se encontra, finalmente, muito fraca. Dizendo de outro modo, corre-se o risco de se tornar uma máquina alimentada por uma longa tagarelice de especialistas que discutem a inclusão de tal operação, se é legítima ou não, quais são os limites que se devem colocar, o que se deve fazer, quais são os erros de argumentação, enfim. Ali podemos ter um pequeno universo perfeitamente constituído, mas, depois de tudo, o que isso nos traz para um questionário histórico? A meu ver, não muita coisa. Então eu não sou um teórico da história e não procuro sê-lo.

Já sobre o desafio para os historiadores em um regime presentista, eu diria novamente que a história não é este universo fechado com um corpus de postulados. Ela é, necessariamente, tomada naquilo que se passa, por exemplo, na literatura, na filosofia, na sociologia, e é uma solicitação perpétua. Creio que se pode, a partir destes domínios, compreender melhor quais podem ser, em um dado momento, as apostas, não apenas da história, mas também do momento. E, por consequência, como o historiador pode, visando eventualmente um determinado contexto, ter dele uma ideia. Penso que, considerando um exemplo distante que já utilizei, a saber, [François-René de] Chateaubriand (1768-1848),¹⁹ parece-me que ele, melhor do que muitos, apreendeu o que se passou entre 1789 e 1815. E que, neste ponto, ele se deu conta de que foi isso o que determinou com que se tornasse escritor e fundasse toda sua escrita sobre esta questão dos lapsos entre o regime antigo e o regime moderno de historicidade. E isto se transformou, como já disse, na fonte mesma da sua escrita. E que ele terminou por inventar esta forma, absolutamente única, de escrita, que foram as *Mémoires d'outre-tombe*.²⁰ Ninguém escreveu algo assim antes nem depois.

Então, eu diria mesmo que, para acrescentar alguma coisa a propósito de Chateaubriand, foi quando ele, durante muito tempo, ambicionou de se tornar o grande historiador da França. Este foi seu projeto durante muitos anos. E, de fato, ele escreveu alguns volumes de estudos históricos. E depois, escreveu as *Mémoires d'outre-tombe*. Então, creio que, nesse sentido, seria possível colocá-lo entre estes *outsiders*, quer dizer pessoas que não são historiadores profissionais, supondo que a história fosse uma profissão quando eles escreveram. À época de Aristóteles isto pode ser discutível. Mas são eruditos ou intelectuais que por sua reflexão contribuem, em alguns casos muito mais, que os historiadores profissionais a questionar o que

¹⁹ Ver HARTOG 2003.

²⁰ Escritas entre 1809 e 1841, foram publicadas originalmente em 12 volumes entre 1849 e 1850.

estes profissionais fazem ou que deixam de fazer ou poderiam fazer. Assim, se vocês escreverem uma história da história puramente “historiadora”, começando por Heródoto e terminando com quem vocês desejarem, perderiam uma parte essencial do que se tramou, pois os historiadores jamais leram senão os próprios historiadores.

Eu tomei também o exemplo de Políbio. Ele me parece particularmente interessante, uma vez que, para conceber seu projeto de uma história nova, para este mundo novo que resulta da conquista do Mediterrâneo por Roma – e alguns gregos permaneceram um pouco avessos a isso, pois não conseguiram compreender o que, em cinquenta anos mudou extremamente rápido – ele não podia fazer história como antes e este é o ponto de partida de Políbio. Era preciso escrever um novo conceito de história, eu diria hoje. E para elaborar este novo conceito de história ou, em todo caso, para o tentar, ele se serve de Aristóteles. Talvez de uma forma um pouco criticável, é possível dizer que ele não o compreendeu, pouco importa. Ele talvez sequer tenha lido diretamente Aristóteles, não sei. Mas é o capítulo IX da *Poética* de Aristóteles, que lhe serve para formular seu projeto de uma história universal.

No fundo, é este tipo de interrelação que me interessa e que parece trazer um pouco de compreensão e de inteligibilidade suplementar. Tomemos [Paul] Ricoeur (1913-2005), no artigo que eu publiquei recentemente na revista *Esprit*,²¹ podemos tomá-lo como um *outsider*. Mas um *outsider* que é também muito próximo, quase um *insider*. Muito próximo pois ele se propôs a ler os historiadores, à diferença dos filósofos que, de modo geral, fazem filosofia *sobre a história* a partir de exemplos estúpidos que eles mesmo fabricam. Ele, por outro lado, se propôs a ler notadamente Braudel e também outros.²² Isto é uma escolha para sua reflexão filosófica, quer dizer que ele sempre pensou seu posicionamento pessoal e particular, tendo como seu material de reflexão as ciências humanas e sociais, mas não para fazer filosofia das ciências humanas e sim sua filosofia, seu projeto filosófico e, para isso, ele leu historiadores. Mas, quem é este *outsider* que tinha seu próprio projeto e este passava notadamente pela leitura dos historiadores? Ele teve um efeito, talvez não por toda parte, mas ao menos em alguns países, sobre os historiadores. De fato, nem sempre um efeito benéfico. Ele se tornou uma espécie de referência; ou melhor, não uma espécie, mas *uma referência* a partir da qual os historiadores se dispensaram de refletir. Sobre história e narrativa, remete-se a Ricoeur, que regrou a questão e não se coloca a questão por si mesmo. Sobre a memória e a história, a mesma coisa. Assim, isso pode ter um efeito negativo, do qual ele não é em nada responsável. Ele não encoraja a preguiça dos historiadores.

6. O senhor falou sobre as relações entre Políbio e Aristóteles, mas podemos pensar no século XX a importância da antropologia para os historiadores também. Além disso, tomando aqui sua conferência de ontem na qual o senhor mencionou Don Delilo,²³ o desafio vem da literatura para o tempo presente,

²¹ Ver HARTOG 2011.

²² Ver RICOEUR 1983-1985; 2000.

²³ O texto da conferência proferida por Hartog em Belo Horizonte havia sido publicado em HARTOG 2010.

para o presentismo? Ela oferece um suplemento de inteligibilidade para pensar os eventos do mundo contemporâneo?

FH: No meu entendimento, ele não vem *da* literatura, mas ele *pode vir* da literatura. Ocorre que eu li este livro, e essas coisas acontecem um pouco por acaso, mas eu desejei lê-lo e pronto.²⁴ E isso veio ao encontro das minhas interrogações sobre o presentismo e para alguma outra pessoa isto pode significar outra coisa. Porém, por que a literatura? Talvez por isso: se você tomar um historiador ou um sociólogo, mesmo os demais praticantes das ciências humanas e sociais, eles trabalham em uma posição reflexiva. Em certo sentido, eles vêm depois, eles chegam depois. Eles apreendem um fenômeno, uma conjuntura com certo recuo e é esta posição, daqueles que vêm depois, que lhes permite desenvolver uma perspectiva crítica que possibilita tentar melhor compreender o que se passou, pois eles obedecem a certo número de regras, que são regras de ofício, como exigências de argumentação e exigências de prova. Eles devem, em princípio apresentar as provas daquilo que sustentam. E é isso que define seu modo de trabalhar e de intervenção. As provas talvez nem sempre apareçam, mas há estas exigências.

O escritor não está de modo algum na mesma situação. Ao escritor ninguém solicita provar aquilo que escreve. E me parece que o escritor, o verdadeiro escritor, se posso assim dizer, é aquele que considera ser seu trabalho *dizer* o mundo de múltiplas maneiras. Ele pode, não havendo estas amarras que estão no domínio das ciências humanas e sociais, apreender, de modo mais rápido e imediato as coisas que estão se passando. E, é preciso dizer, ele pode se equivocar completamente. Todavia, ele pode também, deste modo, dar uma expressão aos fenômenos, uma expressão que eles ainda não possuem. E assim, penso, ele pode ser muito precioso para um historiador ou para homens das ciências humanas e sociais. Evidentemente, este escritor assume riscos, ele não possui esta espécie de segurança para se fiar que nós possuímos; nós não nos arriscamos ou muito pouco. E é isto, entre outras coisas, que faz eu me voltar de bom grado à literatura. Isto é verdade para Chateaubriand como é verdade para os escritores contemporâneos.

E quando eu evoco isso, não passo em absoluto por uma perspectiva que é aquela da vanguarda. Não é isso que vislumbro, não se trata de um regime futurista. Mas simplesmente, esta possibilidade que tem um escritor de estar *ali* imediatamente.

7. No livro Evidência da história, o senhor afirma que, nos últimos vinte anos, a história foi tentada pela epistemologia, que ela teria entrado em sua fase epistemológica e que assumiu uma atitude mais reflexiva. Houve uma aproximação entre os termos "epistemologia" e "historiografia", sempre evitando a epistemologia dura e abstrata, bem como uma historiografia internalista, tornando-se uma epistemologia histórica ou uma historiografia epistemológica.

²⁴ Ver DELILLO 2007.

*Se a herança mais importante dos Annales é epistemológica, a história-problema, a história estrutural, a reconstrução da temporalidade histórica, a interdisciplinaridade, por que a história não se interessou, senão nas últimas décadas, pela epistemologia. Por que os Annales excluíram de importância intelectuais como Henri Berr, Henri-Irenée Marrou, Paul Ricoeur, Raymond Aron, François Dosse, e não acolheram senão o senhor e Michel de Certeau? Os Annales teriam recusado a epistemologia, pois se tratava de uma discussão alemã sobre a história?*²⁵

FH: Este artigo do *Evidência da história* ao qual se faz alusão é precisamente uma maneira de dizer isto que acabo de colocar. Já sobre os *Annales*, justamente desde seus fundadores, sempre se viu com grande desconfiança a epistemologia e a filosofia da história, isso é constante e cada um fez questão de reafirmar. Lucien Febvre também sempre foi alguém que colocou em primeiro lugar o fazer da história, como fazer, em quais condições. Colocam-se algumas questões, mas sobretudo o tema do questionário e da abertura [para outros saberes] o que é uma constante nos *Annales*. Os *Annales* jamais pretenderam ser um lugar de fabricação de uma epistemologia da história.

Sobre as proposições sobre os *Annales* terem acolhido alguns e não outros, me parece que não é bem assim que as coisas se apresentam. Enfim, fala-se dos *Annales* como se se tratasse de uma espécie identidade ou de divindade situada no céu, mas é preciso ter em mente que são pessoas que se entendem em alguns pontos e não em outros, com apreciações divergentes, como a vida comum de uma revista. É verdade, tomando o exemplo de Paul Ricoeur, que os *Annales* tiveram um pouco de dificuldades com ele. Não me recordo, posso estar enganado, mas não creio ter havido alguma resenha de *Tempo e narrativa*.²⁶ Isto não quer dizer que não se queria uma resenha sobre a obra de Ricoeur, que não se queria Ricoeur entre nós. Isto quer dizer, e me parece mais interessante, que não se soube encontrar alguém a quem solicitar uma resenha sobre Ricoeur ou que a quem se demandou não o fez. É possível e isso pode acontecer. Era algo que não fazia parte das preocupações naquele momento. Já sobre *A memória, a história, o esquecimento*, houve resenha, a qual não foi feita por um historiador, mas por um filósofo próximo a Ricoeur, Olivier Abel.²⁷

Regimes de historicidade

7. Após quase uma década desde a publicação do livro Regimes d'historicité, o senhor poderia comentar um pouco sobre suas impressões com relação à recepção da obra?

FH: O livro apareceu em 2003 e acaba de aparecer em edição de bolso, para a qual escrevi um novo prefácio que tenta colocar em perspectiva parte da

²⁵ Esta questão foi encaminhada por escrito pelo professor José Carlos Reis (UFMG).

²⁶ Em 1983, na revista *Annales: économies, sociétés, civilisations* (vol. 38, nº. 6), o primeiro tomo de *Temps et récit* aparece apenas indicado na seção *Le choix des Annales*.

²⁷ Ver ABEL 2002.

recepção da obra. E neste prefácio, que fará parte da edição brasileira do livro, me aprofundo em três pontos que tocam a sua questão. No primeiro ponto, parto daquilo que, felizmente, não está tão presente aqui no Brasil: a crise econômica, presente na Europa desde 2008. Ainda que sem a competência devida no assunto, eu poderia considerar que esta crise confirma o diagnóstico presentista. Trata-se justamente deste capitalismo que se desdobra em uma maneira presentista, quase no paroxismo. Então, isto confirma minha tese e suscita também a segunda questão sobre a possibilidade de escapar ao presentismo. O que conduz a outra segunda observação. No momento em que escrevi e publiquei *Regimes d'historicité*, as coisas estavam menos claras e o tema do presente e do presentismo tornou-se uma palavra que muitas pessoas utilizam. Regimes de historicidade e presentismo são termos que circulam e que se tornaram bastante comuns nos meios intelectuais. Eu fui tomando consciência nos anos seguintes desta indagação: se este presentismo é um momento – o que chamo de presentismo por necessidade (*par défaut*), na falta de outro termo – uma espécie de momento de parada, tomando a imagem de Hanna Arendt (1906-1975), um momento de brecha.²⁸ Ou se retomo as formulações de Reinhart Koselleck (1923-2006), de *horizonte de expectativa* e *espaço de experiência*,²⁹ já que para ele, na sua construção, é a tensão entre ambas que torna possível o tempo histórico, estaríamos em um momento onde há justamente uma ruptura entre eles e, do mesmo modo, mais um presente isolado, sem passado ou futuro. Seria isto um presentismo *par default*, pois não se encontrou provisoriamente uma forma de recolocar em marcha o tempo, uma maneira de fazer e construir esta experiência do tempo, ou seria um presentismo que chamo de pleno, quer dizer verdadeiramente o que poderíamos chamar de um novo regime de historicidade, com todas as consequências que daí decorrem? Quer dizer, que é preciso reconstruir totalmente nossa relação com o tempo, reconstruir o encadeamento de nossas categorias de presente, de passado e de futuro, pois se trata de um presente diferente, com uma categoria do passado que se precisa fabricar de outra forma e também uma categoria de futuro que se precisa perceber de outra maneira. Pois é pouco provável que se renuncie a estas três categorias. Não é possível imaginar que nossa sociedade prescindia de todas as interferências que podem ser estabelecidas entre as três categorias. Não podemos renunciar a esta tripartição que me parece ser alguma coisa de universal, estando entendido que o que é universal é a estrutura destas três categorias e não seu conteúdo e menos ainda a maneira de organizá-las uma em relação ao outra.

Como terceiro elemento há, talvez, uma má compreensão daquilo que propus, quando sugerem que sou um nostálgico do tempo passado, que considero ter sido melhor no passado e que o presentismo não é nada bom. Creio que se tem o direito de pensar assim sobre o que escrevi, mas não é de modo algum minha perspectiva. Que eu seja nostálgico ou não, isso não interessa a ninguém e não é isso um problema. Eu não creio ser alguém que louva e exalta o tempo

²⁸ A filósofa alemã utiliza o termo inglês *gap* para dar conta da dissimetria temporal entre passado e futuro. Ver ARENDT 1961. Na edição brasileira, o termo é traduzido como “quebra”.

²⁹ Ver KOSELLECK 2006.

passado. O simples fato da minha biografia atravessar momentos diferentes e de ter vivido em uma época sobre a qual estava consciente e ter refletido sobre estas transformações da relação do tempo, parece-me fazer parte das coisas. O que posso fazer é tentar compreender o que se passa, mas não sou nenhum nostálgico dos anos 1970. Apenas, talvez, que naquela época eu era mais jovem...

8. O senhor fala sobre uma dupla dimensão da memória e sobre as duas faces do presentismo. Poderia, então, precisar estas dimensões contempladas no livro, comentando também sobre as razões da montante presentista?

FH: Sobre a dupla dimensão, sobre os dois aspectos do presentismo, eu ainda não sei qual deles é o predominante. Como eu dizia em outra oportunidade, não sei o que vai acontecer, mas o que tenho certeza é que, presentismo *par default* e presentismo pleno, não será na Europa que algo acontecerá. Talvez aqui, na Índia ou na China, não sei, tampouco como isso se passará e em quanto tempo. Sua perspectiva não é exatamente a mesma, na medida em que existe uma abertura ao futuro, não é um futuro radiante, mas ainda assim um futuro e que vocês aqui no Brasil também estão neste tempo da globalização que é um tempo presentista. A questão é, então, de negociação entre este tempo presentista do capitalismo contemporâneo e a vida das sociedades elas mesmas.

364 Talvez eu acrescente ainda um ponto. O presentismo, e isso é algo que se enxerga melhor desde alguns anos, não é, de modo algum, unívoco. Quer dizer, é o tempo do instantâneo, do imediato, da circulação generalizada, da rapidez das trocas, da mobilidade, em todos os sentidos do termo, mas é também o tempo da desaceleração, é também o tempo de todas essas pessoas que estão na incapacidade de encontrar os meios da sua sobrevivência, todos os imigrantes, todos os desempregados, todos os jovens, particularmente na Europa, que não encontram trabalho, que vivem no que o sociólogo Robert Castel (1933-...) define como *précarie*. Ou seja, passa-se de uma situação precária, que normalmente não dura muito, a uma situação chamada *précarie*, que é justamente alguma coisa na qual nós nos instalamos. A *précarie* tem por consequência imediata que todos os projetos são interditos. Projeto no sentido etimológico, isto é, poder se projetar em direção ao futuro, poder dizer "eu vou comprar um automóvel" ou "eu vou alugar um apartamento". Tudo isto fica interdito. O presentismo, então, é um pouco isso: vive-se em um presente aí também perpétuo, mas de qualidade diferente daquele que passa sua vida nos aviões.

8. No livro já antigo, de 1975, organizado pela Unesco a propósito do tempo, Les cultures et le temps, Paul Ricoeur escreveu uma introdução para assegurar justamente que há diferentes formas de viver, de conceber e de perceber o tempo. No livro, fala-se de um tempo cristão, de um tempo judaico, um tempo chinês, também das concepções árabes e muçulmanas de tempo etc. Enfim, fala-se de um tempo esperançoso que vem de diferentes tradições culturais. Diante de uma situação onde a mundialização científica da cultura histórica do ocidente, sobretudo com as universidades e com a circulação das ideias, é tão

propalada pelo mundo, qual é a relação entre os regimes de historicidade e a percepção do tempo pelas diferentes sociedades em sua diversidade? Seria uma relação estreita entre ambos?

FH: É alguma coisa que se aproxima do que já se disse sobre regime de historicidade, que seria, sobretudo, um instrumento eurocentrista. Não creio nisso, pois se trata de uma má compreensão do que tentei dizer, talvez de forma insuficientemente clara. O regime de historicidade é apenas uma das maneiras de articular as categorias do passado, do presente e do futuro. Isso não implica que haja uma maneira boa e outra ruim de articulá-las. E isso não implica que as formas que já existiram devam sempre existir ou que devam ser impostas a outras. Penso o contrário, embora não tenha feito a investigação empírica necessária. Podemos empregar este instrumento para refletir sobre outras experiências do tempo, e me parece que pode ser um instrumento comparatista. Isto seria meu desejo, fundamentalmente. Antes de vir ao Brasil, eu recebi um livro de um historiador que se chama Romain Bertrand e que trabalha sobre a Indonésia na época moderna e colonial.³⁰ Ali se fez um certo uso da noção de regime de historicidade. Ainda não tive tempo de ler o livro para saber que tipo de uso se trata. De todo modo, ele parte do conhecimento sobre o mundo índico, para tratar do “não encontro” entre holandeses ou portugueses e os indonésios, através do que se escreveu em crônicas de diferentes sultanados e outros principados indonésios. Aquilo que foi apresentado do lado europeu como encontro, conquista etc., percebe-se que há um lugar não negligenciável nestes relatos e crônicas e que a percepção não é a mesma. Afinal, há justamente um problema de tempo que se coloca. Então, este tipo de pesquisa mostra como regime de historicidade pode ajudar a apreender, no fundo, quiproquós e incompreensões.

365

9. Haveria um tipo de homologia entre regimes de historicidade, o discurso da história e a temporalização do tempo, tal como ela é manipulada pelas sociedades? Relacionado a isso, o senhor acredita que os regimes de historicidade, seja o regime da historia magistra vitae, com toda sua dimensão de exemplaridade, seja o regime moderno, seja o regime presentista, se eles podem sempre se traduzir em uma forma politizada do discurso histórico? O senhor poderia também refletir sobre o outro lado da questão, isto é, se o regime de historicidade pode despolitizar o discurso histórico e se houve uma recepção da sua obra, considerando o presentismo como despolitização, não a constatação, mas sim a análise ela mesma?

FH: Não acredito que tenha havido este tipo de recepção. Exceto se se considerar que é uma maneira ou uma expressão de nostalgia por outra coisa, onde as coisas eram diferentes. Mas fora disso, não me parece. Por outro lado, considerando a relação da noção de regime de historicidades com o contexto político, talvez seja outra forma de repressão que se pode fazer. Quer dizer que parto de momentos

³⁰ Ver BERTRAND 2011.

de crise, da Revolução Francesa, da queda do muro de Berlim e outros. Momentos de crise, nesse sentido, onde a parte do político, do acontecimento político seria muito forte e daria o primeiro papel à dimensão política. E alguém que fizesse história econômica poderia dizer que não é nada disso, as coisas não funcionaram assim, a crise foi anterior a 1789 etc. E isso seria, no fundo, um instrumento de decifração do político. Esta não é a resposta à questão, mas é um elemento que se pode acrescentar à pergunta. A isto eu diria que sim, mas isto não me incomoda.

Sobre regime de historicidade e que usos se podem fazer dele? É um instrumento para fazer história, para um historiador fazer história, ou é um instrumento que pode ser útil ao cidadão ou que pode ser levado em consideração pelos políticos? Considerando a maneira como tento construir esta noção, me parece que certamente há uma dimensão historiadora e que utilizei historiadores e sua produção para elaborar esta noção ou para interrogá-la. Mas, desde que ela não se limita ao campo da história e me parece que se pode utilizá-la para além deste e que, depois de tudo, isso pode permitir ao cidadão melhor apreender o mundo em que vive. Isso pode permitir também, e é esta a dimensão crítica, fazer aparecer o lado terrivelmente presentista da vida política e do comportamento dos políticos.

Esta espécie de comportamento que se tornou a regra em todo lugar, a saber, o que conta não é o que se faz, mas sim ser o primeiro a reagir, seja em uma catástrofe, seja de um acontecimento feliz ou infeliz. E este é um dos efeitos da comunicação política onde se espera do homem político que ele *reaja* a. E o que se calcula não é o que ele vai dizer ou propor, mas sim o tempo que ele levou para fazê-lo. E foi possível ver uma caricatura deste comportamento há alguns anos com o Ministro [Dominique de] Villepin, após uma agressão no RER sofrida por uma mulher que estava grávida, quando os agressores gravaram uma cruz gamada em seu ventre. E instantaneamente Villepin se pronunciou a respeito, mas, descobriu-se mais tarde, que se tratou de uma fabulação.³¹

Não é preciso passar pelo presentismo para perceber como isso é ridículo, mas ao mesmo tempo o presentismo mostra a lógica deste tipo de comportamento e os absurdos dessa situação. É preciso encontrar uma outra relação com o tempo. Pode-se declarar que o historiador não possui grande poder neste tipo de matéria, não se pode dizer que isto terminará depois de amanhã, que voltaremos a um outro tipo de presente. O historiador não tem esta capacidade. Porém, penso mesmo assim, espero, que, com certa constância e certa pertinência, colocando ênfase neste tipo de absurdo grotesco, poderemos pensar que as sociedades perceberão que não se pode continuar assim e poderão ter uma tomada de consciência. Um pequeno exemplo que certamente não mudou a face do mundo, mas me parece significativo: o jornal *Le Monde*, faz todos os anos matérias, com o título "O mundo de *Le Monde*" e este ano [2011] o tema é sobre o tempo.

³¹ Trata-se do chamado "*affaire du RER D*", que teve considerável repercussão na mídia francesa à época (julho de 2004), quando uma jovem mulher prestou queixa por supostamente ter sido agredida com seu bebê dentro de um vagão de trem. Ela atribuiu o ato a jovens com características marroquinas e deu a ele uma conotação antissemita. Várias autoridades e jornalistas franceses responderam imediatamente demonstrando indignação ao que Villepin definiu como uma "ignóbil agressão". Três dias depois, descobriu-se que a mulher havia inventado a história.

História, memória, presentismo

10. Estamos diante de um contexto onde há algumas iniciativas para se legislar em temas pertinentes à história. Na França, uma série de iniciativas já ocuparam lugar de debate entre políticos e intelectuais. Aqui no Brasil, em 2010, houve uma tentativa para se censurar parte da obra de Monteiro Lobato, com a alegação de que ela teria forte cunho racista.³² Qual seria, a ser ver, as relações entre leis memoriais e presentismo?

FH: Creio justamente que se trata do problema da memória, com sua dupla perspectiva. A memória como este movimento que se impõe praticamente em todo o mundo deve ser colocada em relação com os acontecimentos traumáticos do passado. E também com uma dúvida em relação à história, já que se considera que a história não é capaz de apreender este passado. Em seguida, a memória é presentista, pois ela é convocação do passado ou de certos momentos do passado no presente em função do presente, para responder às questões do presente.

Mas ela é também, o que torna complexa a coisa, este fenômeno que permite, em um certo sentido, escapar ao presentismo em razão de certa convocação do passado. Mas sob um modo da memória ou do que chamamos de memória, pois na realidade, em muitos casos não se trata de memória. Trata-se de reconstrução de alguma coisa, sobre a qual, em realidade, não se tem acesso. Podemos perceber isso em todo o debate em torno da memória escravidão. Mesmo no Brasil, onde a escravidão foi abolida muito tarde, o que significa a memória da escravidão? Então a memória é presentista, mas também uma tentativa de escapar ao presentismo e em todo caso, ao mesmo tempo, deve ser colocada em relação a uma perda, se tomo meu vocabulário, da evidência da história. As leis memoriais estão exatamente dentro disso. Elas visam denunciar crimes, dos quais se estima que não foram levados em consideração. A França fabricou muitas leis que chamamos memoriais que são diferentes umas das outras. A primeira lei é a dita lei Gaisot de 1990 e é dela que todas as outras se desdobram. Ela tinha um objetivo muito específico: reprimir, não o negacionismo, mas reprimir a expressão pública do negacionismo. Você tem o direito de ser negacionista em sua casa, mas desde o momento que você o torna público, a lei pesa sobre você.

Dois historiadores foram contrários à lei: Vidal-Naquet e Madeleine Rebérioux (1920-2005), em nome do fato de que é sempre perigoso que o Estado legisle em matérias de história e que os exemplos que houve precedentemente não encorajavam este tipo de comportamento. Não sobre o fundo, mas sobre o fato mesmo de se legislar sobre isso. A lei Gaisot foi recorrentemente mal-entendida, pois ela não condenava o negacionismo, mas sua expressão pública. Quer dizer

367

³² Em 2010, a partir de denúncia feita pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu um parecer considerando "racista" o livro *Caçadas de Pedrinho*, publicado em 1933 por Monteiro de Lobato. Foi solicitado ainda um veto ao uso do livro nas escolas públicas. A alegação, que havia sido aprovada por unanimidade pela Câmara de Educação Básica do CNE, foi rejeitada pelo Ministério da Educação, que recusou o veto, e também por entidades tais como a Academia Brasileira de Letras.

que ela tinha como efeito dispensar juízes de fazer a história, e não se colocava a questão de saber como o Sr. Faurisson tomou os elementos sobre os quais se poderia discutir os fundamentos da sua posição, como se passou na Inglaterra com David Irving.³³

Desde que se pode estabelecer que Faurisson, entre outros, defendeu posições negacionistas, isto foi suficiente para responder à lei. Então o juiz não precisava se transformar em historiador. Em seguida vieram outras lei, como a lei sobre o genocídio armeno, e depois sobre a condenação do tráfico escravista como crime contra a humanidade. Em seguida, o famoso caso do artigo sobre a lei geral da colonização na Argélia.³⁴ Houve então a associação *Liberté pour l'histoire*, com [René] Rémond (1918-2007), [Pierre] Nora (1931-...) e outros que conduziu uma comissão pelo Presidente da Assembleia Nacional, que fez um relatório muito bom, que mobilizou muitas pessoas, notadamente Robert Badinter (1928-...), e a conclusão foi que o Parlamento não pode legislar neste tipo de matéria.

Esta é uma maneira para o legislador de se aplicar a si mesmo e a todos o que se chama de "dever da memória". E sobre a forma também desta outra prática, que se retoma recorrentemente, do arrependimento. O arrependimento da Igreja Católica do qual o legislador aplica sob uma forma leiga o dever de arrependimento. E na Europa, onde as coisas são muito mais preocupantes, pois houve uma diretiva europeia, em princípio votada, que não está ainda verdadeiramente aplicada, mas que condena o negacionismo e não somente o negacionismo, mas todas as expressões que colocam em dúvida de genocídios, de crimes contra a humanidade, crimes de guerra etc., com uma formulação extremamente inquietante, que se volta para a dita "banalização grosseira" destes crimes. O que quer dizer "banalização grosseira"? Quem decide sobre ela? De fato, o que está em causa é a condenação dos crimes do comunismo. Toda esta redação é sustentada pelos antigos países do Leste, com o risco de saber se é o governo em voga que decide se isto é um crime contra a humanidade, um crime de guerra ou uma banalização grosseira.

Então as coisas estão no âmbito da Europa, onde estas questões têm uma grande importância, em razão do Leste, pois foi lá que as memórias são as mais inconciliáveis e conflitivas. Elas são também objetos de instrumentalizações políticas muito fortes, quer estejamos na Ucrânia, na Rússia, na Polônia. Não me recordo em que país foi modificada a resolução, acrescentando justamente crimes do comunismo. Este projeto que visava uma espécie de unificação da Europa vai conduzir no início a uma dispersão em que cada um acrescenta suas coisas para dizer "disso nós tratamos, daquilo não".

³³ Robert Faurisson (1929-...), professor de literatura francês e David Irving (1938-...), historiador britânico que responderam juridicamente por acusações de negacionismo em relação ao Holocausto.

³⁴ No ano de 2005, foi editada na França uma lei voltada notadamente à questão da história colonial francesa. A lei, entre outras coisas, prescrevia aos programas escolares o reconhecimento do "papel positivo da presença francesa no ultramar", o que gerou diversas polêmicas entre historiadores. Alguns deles assinaram uma petição contra essa forma de legislar em temas históricos, definindo juridicamente uma história oficial. A petição tinha por título *Liberté pour l'histoire*, que engendrou posteriormente a criação de uma associação com o mesmo nome, hoje presidida por Pierre Nora. Já em 2010, um grupo de 125 deputados argelinos encaminhou à Assembleia Geral argelina um projeto para criação de tribunais especiais para se estabelecer responsabilidades penais em termos de "crimes coloniais".

O historiador como ensaísta

11. *Seus livros mais recentes, sobretudo Regimes de historicidade e Evidência da história, assumem um notável traço reflexivo, seja sobre o mundo contemporâneo, com os acontecimentos de 1989 e de 2001, seja sobre autores que lhe são contemporâneos, Reinhart Koselleck, Marshal Sahlins, Paul Ricoeur e em alguns casos o próprio autor produz eventos, como o caso dos Lugares da memória, de Pierre Nora. Nesse sentido, o senhor é ao mesmo tempo historiador e testemunha dos indícios que são os fundamentos da sua argumentação. Como o senhor trabalha a partir desta ambiguidade? O senhor está de acordo com isso?*

FH: Bem, é difícil não estar de acordo com isso. Eu nunca refleti nestes termos, isso é indubitável, mas não suscitou em mim interrogações particulares, pelo menos até o momento e talvez a questão me fará refletir sobre isso. Isto faz parte da minha maneira de trabalhar. Não importa se é Ricoeur, Nora ou Chateaubriand. Não digo que trato todos da mesma maneira, que eu lhes coloco as mesmas questões, mas não creio que haja diferenças de princípio ou de método nesta abordagem. Desde que eu me autorizo a tomar em conta os contemporâneos, seria surpreendente não passar por aqueles que são os intérpretes deste momento. Como Chateaubriand me serve para pensar a Revolução, alguém que elaborou alguma coisa. Ele não me dá o evento bruto, e não sei se isto existe, mas sim uma interpretação sobre isso, ele metabolizou as coisas. Do mesmo modo, para os contemporâneos que seguramente são mais difíceis de apreender, pois há poucos amparos para os contemporâneos. Então você se prende, no fundo, ao que você pode achar por si mesmo ou às proposições que são feitas. Se é a melhor forma, não sei. Ao menos é aquela a qual tenho acesso, que me diz alguma coisa, aquela a partir da qual desejo refletir.

369

12. *No começo desta entrevista, o senhor disse que faz história intelectual. Então, a questão que lhe propomos para finalizar esta entrevista, é justamente saber o que significa para o senhor a história intelectual e qual é seu engajamento neste domínio.*

FH: Eu disse história intelectual, pois se trata de trabalhar com textos, com autores, com eruditos, com livros, revistas. Eu poderia alargar, dizendo que é uma forma de história cultural que toma como matéria principal tudo isso que acabo de dizer, todo este material intelectual. Disse também história intelectual para não correr o risco do fechamento em uma única palavra, como *historiografia*, a qual não renego, mas que pelas razões que disse mais acima, não é minha forma de trabalhar de forma tão especializada.

Ainda sobre a variedade de uso dos termos – história intelectual, história cultural, história intelectual da cultura –, no fundo, há um gênero que não é bem visto no mundo acadêmico, mas que considero sua força, sua pertinência e sua nobreza, quando bem praticado, que é o ensaio. No fundo, terminarei dizendo que sou alguém que tenta escrever ensaios...

Referências bibliográficas

- ABEL, Olivier. Paul Ricœur: la mémoire, l'histoire, l'oubli. **Annales**: histoire et sciences sociales, vol. 57, n. 1, 2002.
- BERTRAND, Romain. **L'histoire à parts égales**: récits d'une rencontre Orient-Occident (XVIe-XVIIe siècle). Paris: Seuil, 2011.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilisation matérielle, économie et capitalisme (XV^e-XVIII^e siècles)**. 3 volumes. Paris: Armand Colin, 1979.
- _____. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1949.
- _____. **Écrit sur l'histoire**. Paris: Flammarion, 1969.
- CARBONELL, Charles-Olivier. **Histoire et historiens**: une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885. Toulouse: Privat, 1976.
- _____. **L'historiographie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.
- _____. Pour une histoire de l'historiographie. **Storia della storiografia**, n. 1, 1982, p. 7-25.
- CERTEAU, Michel de. Ethno-graphie. L'oralité, ou l'espace de l'autre: Léry. In: _____. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (dir.). **Historiographies**: concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010.
- _____. **Historicités**. Paris: Éd. la Découverte, 2009.
- _____. **Histoire et historiens en France depuis 1945**. Paris: ADPF, 2003.
- _____. **Les courants historiques en France**: XIXe-XXe siècle. Paris: A. Colin, 1999.
- DELILLO, Don. **Falling man**. New York: Scribner, 2007.
- FINLEY, Moses. **Les premiers temps de la Grèce**: l'âge du bronze et l'époque archaïque. Tradução de François Hartog. Paris: F. Maspero, 1973.
- HARTOG, François. **Épilogue**: Michel de Certeau. Paris: Éditions EHESS, 2005.
- _____. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- _____. Chateaubriand: entre l'ancien et le nouveau régime d'historicité. In: _____. **Régimes d'historicité**: présentisme et expérience du temps. Paris: Seuil, 2003.
- _____. L'inquiétante étrangeté de l'histoire. **Esprit**, février, 2011.
- _____. La temporalisation du temps: une longue marche. In: ANDRÉ, Jacques; DREYFUS-ASSÉO, Sylvie. **Les récits du temps**. Paris: PUF, 2010.

_____. **Vidal-Naquet, historien en personne:** l'homme-mémoire et le moment-mémoire. Paris: La Découverte, 2007.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit.** 3 volumes. Paris: Seuil, 1983-1985.

_____. **La mémoire, l'histoire, l'oubli.** Paris: Gallimar, 2000.

_____. **Les cultures et le temps.** Paris: Payot, 1975.

VERNANT, Jean-Pierre. **La traversée des frontières.** Paris: Seuil, 2004.

_____. **Entre mythe et politique.** Paris: Seuil, 1996.